

OITAVO TERMO ADITIVO ao Contrato de locação que, entre si, firmam, **UNIÃO** por intermédio da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba e a empresa **ALFE – ADMINISTRAÇÃO E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA.**

Processo nº 10925.003555/2007-10

Aos 05 dias do mês de outubro de 2011, na Rua Getúlio Vargas, nº 345, 2º andar, cidade de Joaçaba/SC, de um lado a **UNIÃO**, por intermédio da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba, inscrita no CNPJ sob nº 00.394.460/0142-82, neste ato representada pela Chefe da Seção de Programação e Logística, Sra. NEIDE BOF, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 291, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587 de 21/12/2010, publicada no Diário Oficial da União de 23/12/2010, e em seqüência, designada simplesmente **LOCATÁRIA** e, de outro lado, a empresa **ALFE – ADMINISTRAÇÃO E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 12.670.549/0001-72, estabelecida no município de Treze Tílias/SC, doravante denominada **LOCADORA**, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, elaborado de acordo com a minuta examinada pela Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Joaçaba/SC, “ex-vi” do disposto no parágrafo único, do artigo 38, da Lei nº 8.666/93, alterada pelas leis nº 8.883/94, e Lei 9.648/98, combinado com o Artigo 5º, do Decreto nº 93.237, de 08/09/1986, e autorizado por despacho do Delegado da Receita Federal em Joaçaba, de conformidade com o disposto no artigo 61, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, exarados no processo nº 10925.003555/2007-10 um Termo Aditivo ao **CONTRATO DE LOCAÇÃO**, observadas as disposições da Lei nº 8.666/93, alterada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98, mediante as seguintes cláusulas e condições, as quais passam a fazer parte integrante deste Contrato e prevalecerão entre as contratantes em tudo quanto com ele se conformarem e não conflitarem com as prescrições legais, regulamentares e administrativas que regem a matéria.

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO - O presente Termo Aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do contrato de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE E EFICÁCIA - O presente Termo Aditivo só terá validade depois aprovado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Joaçaba de acordo com a previsão do item II do art.292 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela portaria MF 125 de 04/03/2009 e publicado por extrato, no Diário Oficial da União, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93, combinado com o parágrafo terceiro do artigo 33, do Decreto nº 93.872, de 23/12/1986.

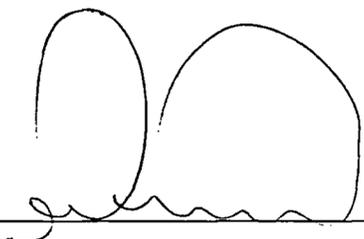
CLÁUSULA TERCEIRO — DA PUBLICAÇÃO - À CONTRATANTE incumbirá providenciar a publicação do extrato deste Termo Aditivo no “Diário Oficial da União, até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data”.

Fernande   

CLÁUSULAS QUARTO — DA RATIFICAÇÃO - Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário supramencionado e demais Termos Aditivos firmados.

CLÁUSULA QUINTO — DO FORO - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o Juízo Federal da cidade de Joaçaba no Estado de Santa Catarina.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo Aditivo assinado pelas partes contratantes.



CONTRATANTE
Neide Bof
Chefe da Sapol/DRF – Joaçaba / SC



CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



Nome: Sidnei Peron
CPF: [REDACTED]



Nome: Leda Maria Weiss Simi
CPF: [REDACTED]